

Sindicatos não podem pagar convênio médico

Brasília — Os Sindicatos de trabalhadores que têm convênios médicos e odontológicos com o Ministério da Previdência e Assistência Social estão enfrentando dificuldades para completar os salários dos médicos e dentistas que lhes prestam serviços. Estão sendo obrigados a usar sua própria renda para completar os salários daqueles profissionais.

Uma alternativa para solucionar este problema está sendo buscada pelo Ministério da Previdência e representantes de sindicatos de trabalhadores. As duas partes, a partir do próximo dia 10, em Brasília, vão negociar durante dois ou três dias para tentar encontrar a saída para o problema. A negociação será coordenada pelo Secretário-Geral do Ministério, C A Allgayer.

A negociação ficou acertada em reunião do Ministro da Previdência, Jair Soares, com o Secretário-Geral e com o Coordenador do Departamento Trabalhista e Sindical do PDS, Deputado Carlos Chiarelli. Ficou acertado que os sindicalistas serão representados por sete dirigentes das diferentes áreas, enquanto o Ministério terá igual número de técnicos.

Segundo o Sr Chiarelli, um

dos problemas básicos dos sindicatos é o pagamento de salário, quando ocorre o reajuste semestral. "Os sindicatos que têm convênio passam a ter dificuldades, uma vez que o Ministério da Previdência tem, também, dificuldades para dar o reajuste no mesmo mês em que os salários são reajustados — há diferenças de um ou dois meses, dependendo dos casos, o que onera os sindicatos."

E há, ainda, explicou, diferenças "no índice de reajuste do subsídio, que é bem menor do que o do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Assim, os sindicatos estão pondo seus recursos para completar os salários dos profissionais. E outros estão buscando recursos extras em promoções ou em empréstimos".

Para o Deputado Chiarelli, contudo, o desejo dos sindicatos de ter assegurada a pontualidade do reajuste a cada seis meses já lhes foi assegurado, há alguns dias, pelo Ministro Jair Soares, em encontro com sindicalistas do Rio Grande do Sul. Dessa maneira, informou, em breve "será baixado decreto que estabelecerá que os reajustes ocorram nos meses de maio e de dezembro".